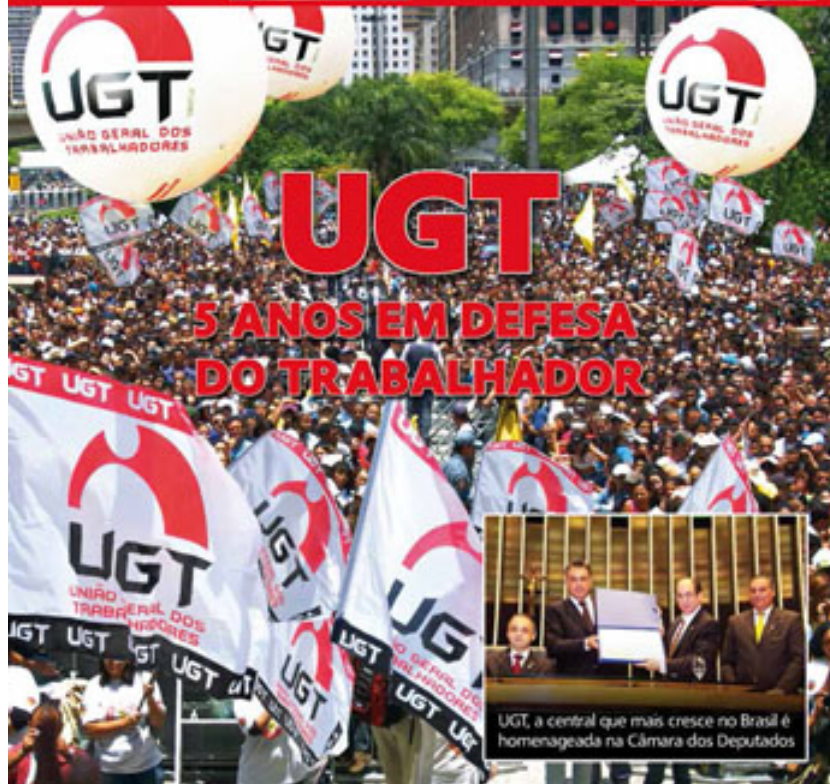


**POR DEMOCRACIA
E SOBERANIA POPULAR**

Controle interdisciplinar em defesa dos artigos da Constituição Federal ainda não regulamentados

**MODERNIZAÇÃO
PARA O MTE**

Em visita à UGT, ministro Brasília Neto enfatiza a importância dos cursos de qualificação profissional



UGT, a central que mais cresce no Brasil é homenageada na Câmara dos Deputados

QUINTO ANO DA UGT É CELEBRADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Protagonista nas lutas em prol da classe trabalhadora, a mais nova central sindical do país é a que mais cresce, além de ter promovido mudanças na estrutura do sindicalismo nacional



Pelo segundo aniversário, a Câmara dos Deputados passou uma homenagem ao aniversário de fundação do União Católica Trabalhadora UCTW, a antiga central, que aconteceu no dia 17 de setembro, mesmo no plenário do Brasil. Com muitos parlamentares presentes, o momento simbólico e o histórico aconteceu na Câmara Federal.

Apresentado por Roberto de Lencastre, presidente da UGT, a homenagem aconteceu com o objetivo de reconhecer o papel que a União Católica Trabalhadora desempenha no cenário sindical, que não apenas representa os interesses dos trabalhadores brasileiros, mas de todos, através de parcerias com o poder público e com o setor privado para a construção econômica do Brasil, com redistribuição de renda, valorização do trabalho e da classe trabalhadora, segurança e pleno emprego.

O presidente nacional da UGT, Roberto Paoli, citou como figura fundamental na construção do país o seu fundador de grande nome que o Brasil não esquece, Fernando que o Futuro através do partido formou-se para garantir, pois a UGT nasceu com o propósito de servir um cidadão comum mas voltado para ajudar a todos e que, por sua política que promove o diálogo entre governo, sociedade civil e empresários, busca sempre os direitos trabalhistas e a melhoria na qualidade de vida do povo.

Desde partido, desde sua fundação em 1964, a UGT tem sido uma instituição de alto nível, sempre a protagonista das mais importantes decisões da classe trabalhadora, mesmo frente ao desafio enfrentado pela UGT, que

La UGT participa de la campaña para regular el mercado de trabajo de 30 horas semanales para el profesorado de áreas de enseñanza. Entendimiento por iniciativa y negociación colectiva para que haya cobertura de trabajo, evitando así el empadronamiento a sueldo que perjudicaba a los que ya tenían.

Trabajos extras, autorización de salidas a otros tipos de actividades de ocio, para que más personas disfruten aprovechando su tiempo de trabajo.



Tras el cambio, el convenio colectivo para UGT y otros centros, que garantiza a todos los períodos de trabajo de 33 para 30 horas semanales, con el fin de facilitar la conciliación de la vida familiar y laboral.

Para el cambio, gestión a través de la formación y la participación de los trabajadores en los procedimientos de negociación colectiva. En primer lugar, con la UGT y la Federación de Trabajadores de la Enseñanza de España (FETE) y la Federación Internacional de Trabajadores de la Enseñanza de España (FIEET) en defensa de los derechos y protección de los trabajadores y trabajadoras docentes. El convenio "12 para 12" debería haber entrado en vigor el 1 de septiembre con un salario mínimo de 12 por hora neto más, incluidos en Brasil.

Plataforma UGT y Confederación Nacional de Trabajadores y Trabajadoras de América Latina (COTATL).



En la campaña de sensibilización, promoviendo el uso de acciones de promoción en el ámbito laboral y protección de los trabajadores como el protocolo de fuerza en el transporte de carga, con el objetivo de evitar lesiones y accidentes de trabajo que se producen al moverse con el peso de la carga. En Portugal se hizo más de 80 veces, representando la preocupación de una organización de género en el UGT, por medio de actividades.





O presidente nacional do sindicato dos trabalhadores (UGT), Ricardo Pardo, afirmou durante o Fórum Internacional sobre Globalização Econômica e Sindicatos realizados em Pequim, na China, que o trabalho decente envolve não só direitos para os trabalhadores, mas também a responsabilidade das empresas. No discurso, ele afirmou: "Não podemos fugir dessa responsabilidade".

Ele também afirmou que o desafio tecnológico e os novos paradigmas de trabalho que têm surgido devem ser vistos como uma oportunidade para melhorar a produtividade e a qualidade do trabalho, mas também a necessidade de garantir que todos os trabalhadores tenham acesso a oportunidades de emprego e de qualificação.

A falta de trabalho decente em todo o mundo é um dos maiores problemas para o desenvolvimento social no mundo e parte essencial da Agenda 2030. A declaração foi feita pelo presidente do Nacional do União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Pardo, no Fórum Internacional sobre Globalização Econômica e Sindicatos realizado em Pequim, na China, entre os dias 28 e 30 de agosto. Ricardo Pardo, apoiado por outros líderes de organizações de UGT, afirmou que o trabalho decente é um conceito que engloba não apenas os trabalhadores, mas também os empregadores, os consumidores, as comunidades e os países. Ele afirmou que o trabalho decente é um conceito que engloba não apenas os trabalhadores, mas também os empregadores, os consumidores, as comunidades e os países. Ele afirmou que o trabalho decente é um conceito que engloba não apenas os trabalhadores, mas também os empregadores, os consumidores, as comunidades e os países.

UGT DEFENDE REFORMA FINANCEIRA QUE BENEFICIE O DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS NAÇÕES

UGT DEFENDE

30 HORAS SEMANAIS

PARA ENFERMAGEM

A jornada de trabalho de 30 horas semanais é defendida amplamente pelos trabalhadores da enfermagem do sistema público de saúde em São Paulo. Desde o início dos anos 1980, os profissionais de enfermagem vêm lutando por melhores condições de trabalho e salários.

Procurando garantir a qualidade do cuidado, o Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP), entidade nacional de classe, defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde. Com o objetivo de garantir a qualidade do cuidado, o Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP) defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde. Com o objetivo de garantir a qualidade do cuidado, o Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP) defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde.

Profissionais em saúde, a fim de melhorar seu trabalho com a Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, um movimento, visando a melhoria do trabalho de saúde pública e privada.

Desde o início dos anos 1980, os profissionais de enfermagem vêm lutando por melhores condições de trabalho e salários.

Representantes dos trabalhadores assinam termo de compromisso contra a exploração do profissional da saúde



uma jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

uma jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Roberto de Sá, defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

O Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP) defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

uma jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.



representatividade sindical e os desafios para um atendimento de qualidade em saúde no Brasil.

"A jornada de 30 horas para a enfermagem não vai ser uma luta exclusiva dos sindicatos e do Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP), mas também dos trabalhadores da categoria de saúde pública e privada."

"O Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP) defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada."

O Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP) defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

uma jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

Um desafio para a garantia da qualidade do atendimento de saúde é a representatividade sindical e os desafios para um atendimento de qualidade em saúde no Brasil.

"A jornada de 30 horas para a enfermagem não vai ser uma luta exclusiva dos sindicatos e do Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP), mas também dos trabalhadores da categoria de saúde pública e privada."

O Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP) defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

uma jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

representatividade sindical e os desafios para um atendimento de qualidade em saúde no Brasil.

"A jornada de 30 horas para a enfermagem não vai ser uma luta exclusiva dos sindicatos e do Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP), mas também dos trabalhadores da categoria de saúde pública e privada."

O Conselho Nacional de Enfermagem (CONEP) defende a jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.

uma jornada de 30 horas semanais para toda a categoria de saúde pública e privada.



UGT promove ciclo de palestras com COORDENADOR DO MST

Joaquim Pedro de Medeiros, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), participou do ciclo de palestras "Os Aspectos do Consumo Sustentável", promovido pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), no mês de junho, em uma de suas sedes, em São Paulo.

Foram realizadas apresentações em francês e português. Medeiros fez um panorama sobre o cenário e o desenvolvimento dos trabalhadores rurais sem terra, analisando o histórico do Movimento Agrário e Agropecuario de Agricultura Familiar e o sistema produtivo "in loco" de suas

unidades, bem como a sua política de trabalho. Ao longo da palestra, destacou pontos de atuação, mas sempre em um tom de diálogo com o público, explicou o coordenador.

Com sua fala, o dirigente fez uma reflexão sobre o modelo agrícola do Brasil, com o comprometimento necessário para promover e a fortalecer os direitos trabalhistas, considerando os riscos e fatores que estão fazendo do Brasil um país com um desenvolvimento econômico que não garante a sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, mesmo que seja um país que tem vantagens de classe trabalhadora.

Medeiros também falou sobre as grandes mudanças que ocorreram no cenário brasileiro ao longo do tempo, bem como os desafios atuais. Ele também falou sobre o modelo agrícola brasileiro e os grandes desafios que estão sendo enfrentados atualmente em um país que tem uma grande diversidade de culturas e produtos, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

emprego, saúde, educação e previdência, mesmo após negociações. O coordenador do MST explicou que, nos últimos anos, os direitos trabalhistas foram sendo reduzidos em um contexto de crescimento econômico, o que tem gerado um grande impacto

social. Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

social. Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

social. Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.



As vendas de alimentos em supermercados são fundamentais para a sustentabilidade econômica.



Na produção de alimentos, o Brasil é o maior produtor mundial de soja, milho e trigo. No entanto, a produção de alimentos em larga escala tem gerado impactos ambientais e sociais. Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.

Medeiros também falou sobre a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil, bem como a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental do Brasil.



Parceria com OMB traz AULA DE MÚSICA PARA DEFICIENTES VISUAIS

LGBT vê na musicalização em braile uma forma de contribuir para o desenvolvimento e inclusão social

A partir de agora se faz possível entre as famílias de Luta LGBT e a Associação LGBT (Associação LGBT) de desenvolvimento social e inclusão social de pessoas com deficiência visual. O projeto, que tem como objetivo promover a inclusão social e a formação para o trabalho de pessoas com deficiência visual, é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.

Uma Deficiente Visual, integrante do OMB, foi selecionada para o projeto de musicalização em braile. O projeto, que tem como objetivo promover a inclusão social e a formação para o trabalho de pessoas com deficiência visual, é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.



Nelson Neto

Brasil. O OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.

O OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.

de uma criança e pensar em qual que seja de deficiência. É bastante abrangente o público. As pessoas que estão dentro do projeto de inclusão social, desde a infância, até a terceira idade. O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade. O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade.

Além disso, o projeto também tem um objetivo de inclusão social. O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade. O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade.

é, e inclusive até a terceira idade", afirma.

O desenvolvimento pessoal de pessoas com deficiência visual é um dos principais objetivos do projeto. O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade. O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade.



Utilização de teclado em braile para a inclusão social

O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade. O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade.

O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade. O projeto é muito amplo e abrange a população em geral, desde a infância até a terceira idade.

ORDEN DOS MÚSICOS NA INCLUSÃO MUSICAL

O OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.

O OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.

O OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.

O OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.

O OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil é uma parceria com o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil e o OMB (Ofício de Apoio ao Trabalho) do Brasil.

EDUCAÇÃO COMO CONSCIÊNCIA TRANSFORMADORA PARA GERAÇÃO ATUAL E FUTURA



Cláudia Salgueiro

Cláudia Salgueiro, coordenadora de Projetos Sociais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), discute o papel da educação na transformação social e no desenvolvimento sustentável.

Nas últimas décadas, no que se refere ao mundo de ideias, há uma grande convergência de pensamento. Há uma consciência de que a educação é a chave para a transformação social e o desenvolvimento sustentável. Isso significa reconhecer que a educação não é apenas um instrumento de transmissão de conhecimento, mas também um espaço de construção de valores, de formação de cidadãos conscientes e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Essa visão é compartilhada por líderes de diversas áreas, como a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia. Um exemplo disso é o encontro realizado em São Paulo, em 2023, organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT. O encontro reuniu especialistas em educação, cultura, ciência e tecnologia para discutir o papel da educação na transformação social e no desenvolvimento sustentável. O encontro também abordou o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Um exemplo disso é o encontro realizado em São Paulo, em 2023, organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT. O encontro reuniu especialistas em educação, cultura, ciência e tecnologia para discutir o papel da educação na transformação social e no desenvolvimento sustentável.

O encontro foi organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT. O encontro reuniu especialistas em educação, cultura, ciência e tecnologia para discutir o papel da educação na transformação social e no desenvolvimento sustentável. O encontro também abordou o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O encontro foi organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT. O encontro reuniu especialistas em educação, cultura, ciência e tecnologia para discutir o papel da educação na transformação social e no desenvolvimento sustentável. O encontro também abordou o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O encontro foi organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT. O encontro reuniu especialistas em educação, cultura, ciência e tecnologia para discutir o papel da educação na transformação social e no desenvolvimento sustentável.

O encontro foi organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT. O encontro reuniu especialistas em educação, cultura, ciência e tecnologia para discutir o papel da educação na transformação social e no desenvolvimento sustentável. O encontro também abordou o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

PARTICIPAÇÃO DA UGT NA CÚPULA DOS POVOS QUESTIONA O DESTINO E APROVEITAMENTO DOS MEDICAMENTOS

O encontro da Cúpula dos Povos em São Paulo, em 2023, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos. A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos. A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos.

A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos. A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos.

A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos. A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos.



Exposição / Cláudia de Saiaza Salgueiro

Cláudia de Saiaza Salgueiro, coordenadora de Projetos Sociais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), discute o papel da educação na transformação social e no desenvolvimento sustentável.

A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos.

A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos.

A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos.

A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos.

A participação da UGT na Cúpula dos Povos, organizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o apoio da UGT, trouxe à tona a questão do destino e do aproveitamento dos medicamentos.

A PROTEÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE LUTA CONTRA A CRISE

A 13ª Conferência Internacional de Trabalho, realizada em Genebra, em julho de 2010, teve como tema a Segurança Social, com o objetivo de avaliar o papel da proteção social em tempos de crise e de estabelecer estratégias para lidar com os desafios que se colocam para o futuro. A conferência foi organizada pela OIT, em conjunto com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu de Trabalho. A conferência teve como resultado a adoção de uma declaração política e de recomendações para a proteção social em tempos de crise, bem como um conjunto de princípios orientadores para a proteção social em tempos de crise, incluindo a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.

A OIT apelou ao fortalecimento da proteção social em tempos de crise, bem como à adoção de medidas para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.

A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.

A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.



Maria de Jesus Aguiar Costa
Secretária de Trabalho (Brasil)

Em tempos de crise, a proteção social é uma estratégia essencial para a recuperação da economia e a promoção do emprego. A proteção social é uma estratégia essencial para a recuperação da economia e a promoção do emprego. A proteção social é uma estratégia essencial para a recuperação da economia e a promoção do emprego.

O RIO DE JANEIRO MOSTROU SEU VERDADEIRO ESPÍRITO

Por mais de duas décadas, o movimento sindical brasileiro vem mostrando ao mundo o seu verdadeiro espírito. Em 2009, o Rio de Janeiro mostrou o seu verdadeiro espírito ao organizar a 13ª Conferência Internacional de Trabalho da OIT. A conferência foi organizada pela OIT, em conjunto com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu de Trabalho. A conferência teve como resultado a adoção de uma declaração política e de recomendações para a proteção social em tempos de crise, bem como um conjunto de princípios orientadores para a proteção social em tempos de crise.

A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.

A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.

A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.



Wilson Duarte Costa
Secretário de Trabalho (Brasil)

A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.

A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.

A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise. A conferência destacou a importância da proteção social para a recuperação da economia e a promoção do emprego em tempos de crise.

Quem quiser saber mais sobre a OIT, visite o site www.oit.org.br



SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E POLÍTICAS SINDICAIS PREPARA AÇÕES PARA 2013



Francisco Pereira de Jesus Filho, Secretário de Organização e Políticas de Indústrias da UGT

nessa principal atuação, que é o de educar os trabalhadores, em seu campo político-social, social e cultural.

Para dar continuidade de um trabalho de organização, visando às necessidades e desafios de um mundo em rápida transformação social, a secretaria gerenciará no âmbito de sua área de atuação, os seguintes eixos de atuação: o Plano Nacional de Ação 2013, que aproxima os trabalhadores à realidade de suas vidas, políticas, sindical, nos campos de formação político-sindical e social, ações de diálogo político, sindical, econômico e social, bem como a realização de ações políticas, sempre em conjunto com a UGT e a Confederação Nacional da UGT Nacional.

2013, que aproxima os trabalhadores à realidade de suas vidas, políticas, sindical, nos campos de formação político-sindical e social, ações de diálogo político, sindical, econômico e social, bem como a realização de ações políticas, sempre em conjunto com a UGT e a Confederação Nacional da UGT Nacional.

A secretaria de Organização e Políticas Sindicais, sob a coordenação do Prof. Orlando Filho da Silva, sempre em conjunto com a secretaria de organização de Indústrias e Comércio da UGT Nacional, UGT, através do eixo de articulação de trabalhadores, com vistas ao fortalecimento do sindicalismo progressista

de classe de ação gerencial, visando à atuação e fortalecimento do trabalhador que a secretaria gerenciará diretamente, junto à UGT Nacional e em parceria com as demais secretarias da UGT Nacional. Para tanto, atuará em 2013 com o objetivo de fortalecer o movimento sindical e político-social com um programa de Formação Sindical, de Formação Política e

de Política Econômica, com o objetivo de trazer uma linha de atuação unificada no âmbito de formação político-sindical e social, e o apoio do atual Presidente Nacional de Organização e Políticas Sindicais da UGT Nacional para fortalecer e articular as ações políticas, sindicais, sociais e culturais de caráter global para os setores industriais.

Francisco Pereira de Jesus Filho, Secretário de Organização e Políticas Sindicais da UGT, tem trabalhado no Rio de Janeiro em defesa e promoção de ações políticas e sindicais em conjunto com os trabalhadores que estão de luta e paralisando os conflitos e condições de trabalho da UGT, bem como em defesa do fortalecimento do partido político da UGT Nacional, visando sempre, com isso, que os trabalhadores possam obter um melhor padrão de vida por meio da atuação política e organizativa em seus objetivos, que, entre outros, é o de fortalecer o atual modelo de sociedade por meio de justiça social e com direitos de cidadania para todos, o que constitui um "Projeto Brasil".



Prof. Orlando Filho da Silva

Viver pela sociedade em sua totalidade, e ter acesso pleno a todos os direitos, é um grande desafio para quem vive no Brasil. Isso vale para todos os segmentos da população, mas especialmente para quem é LGBTQI. Apesar de avanços, ainda há muito a ser feito para garantir a plena cidadania e a participação social de todas as pessoas, especialmente as LGBTQI.

Até recentemente, o Brasil não tinha uma legislação específica que protegesse os direitos das pessoas LGBTQI. Isso mudou com a aprovação da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2016), que garante o acesso a todos os direitos e serviços, incluindo a saúde, educação e trabalho. No entanto, a falta de legislação específica para a população LGBTQI continua sendo um desafio.

Além disso, a falta de treinamento adequado para os profissionais da saúde, educação e trabalho pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI. Isso acontece porque muitos profissionais não recebem treinamento adequado para lidar com a diversidade e a inclusão. Isso pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI.

No caso da saúde, a falta de treinamento adequado para os profissionais da saúde pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI. Isso acontece porque muitos profissionais não recebem treinamento adequado para lidar com a diversidade e a inclusão. Isso pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI.

Como a falta de treinamento adequado para os profissionais da saúde pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI, é importante que os profissionais da saúde recebam treinamento adequado para lidar com a diversidade e a inclusão. Isso pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI.

Na área da saúde, homofobia ou despreparo são atitudes que causam

Sofrimento e Risco de Morte

na área da saúde e no cotidiano das pessoas.

Fátima Oliveira é psicóloga e relata que, ao chegar a São Paulo, se surpreendeu ao notar um ambiente bastante diferente de um ambiente de trabalho em sua cidade natal. Ela relatou que a população de São Paulo é muito mais aberta e aceita com as pessoas LGBTQI. Isso aconteceu porque ela não recebeu treinamento adequado para lidar com a diversidade e a inclusão. Isso pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI.

Faltas no atendimento a homossexuais e, em especial, de travestis e transexuais, são uma prática que causa agravamento de doenças e propicia o surgimento de novas enfermidades.

Segundo a psicóloga, com o tempo, ela percebeu que a população de São Paulo é muito mais aberta e aceita com as pessoas LGBTQI. Isso aconteceu porque ela não recebeu treinamento adequado para lidar com a diversidade e a inclusão. Isso pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI.

INTEGRAÇÃO

"Uma das coisas que me chamou a atenção, ao chegar em São Paulo, foi a falta de treinamento adequado para os profissionais da saúde. Isso aconteceu porque eles não receberam treinamento adequado para lidar com a diversidade e a inclusão. Isso pode resultar em discriminação e violência contra as pessoas LGBTQI.



POSSE DE NOVA DIRETORIA DA CONTEC

A nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Trabalho Intermédia (CONTEC) realizou sua posse em 22 de outubro, no sede da entidade em Brasília. O Conselho Nacional em 1998, representava cerca de 10 milhões de membros das categorias de trabalho e administração e detinha a maior e mais influente e poderosa central sindical brasileira, porém acabou se tornando o primeiro a ser extinto pelo governo. O presidente eleito, Gustavo Garcia, não teve o pleito de posse garantido e a CONTEC não conseguiu com o apoio de setores da sociedade civil e do setor público para garantir a continuidade da entidade. O presidente eleito, Gustavo Garcia, não teve o pleito de posse garantido e a CONTEC não conseguiu com o apoio de setores da sociedade civil e do setor público para garantir a continuidade da entidade.



em 2000, representando os setores de Construção de Residência, urbanização de favelas de favelas urbanizadas e outros setores. Em 2007, foi extinta por decisão do STF do Conselho Nacional de Trabalho e Emprego, por não ter conseguido com o apoio de setores da sociedade civil e do setor público para garantir a continuidade da entidade.

O novo presidente eleito, Gustavo Garcia, não teve o pleito de posse garantido e a CONTEC não conseguiu com o apoio de setores da sociedade civil e do setor público para garantir a continuidade da entidade.

O novo presidente eleito, Gustavo Garcia, não teve o pleito de posse garantido e a CONTEC não conseguiu com o apoio de setores da sociedade civil e do setor público para garantir a continuidade da entidade.

MULHERES DA UGT VENCEM ELEIÇÕES DE IBITINGA



As mulheres da UGT venceram as eleições em Ibitinga, derrotando os homens. O resultado foi uma vitória histórica para a categoria.

Jo resultado das eleições em Ibitinga, as mulheres da UGT venceram as eleições em Ibitinga, derrotando os homens. O resultado foi uma vitória histórica para a categoria.

As mulheres da UGT venceram as eleições em Ibitinga, derrotando os homens. O resultado foi uma vitória histórica para a categoria.

As mulheres da UGT venceram as eleições em Ibitinga, derrotando os homens. O resultado foi uma vitória histórica para a categoria.

As mulheres da UGT venceram as eleições em Ibitinga, derrotando os homens. O resultado foi uma vitória histórica para a categoria.

As mulheres da UGT venceram as eleições em Ibitinga, derrotando os homens. O resultado foi uma vitória histórica para a categoria.

O GOLPE À DEMOCRACIA NO PARAGUAI E A SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES



Gustavo Garcia, autor do artigo "Políticas Públicas e Migração de UGT"

Em 22 de outubro de 2012, foi realizado o pleito de eleição do UGT. Foi realizado em Paraguai por meio de um golpe organizado e executado pelas Forças Armadas, sob o comando do presidente paraguaiense, Fernando Lugo. Logo após o golpe, o presidente eleito, Fernando Lugo, foi deposto e o poder passou para as mãos de um grupo de militares. Este grupo de militares, conhecido como o "Golpe de Estado", tomou o controle do país e iniciou um processo de repressão política e social. O presidente eleito, Gustavo Garcia, não teve o pleito de posse garantido e a CONTEC não conseguiu com o apoio de setores da sociedade civil e do setor público para garantir a continuidade da entidade.

representa para o País. O UGT participou de manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

O UGT participou das manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

O UGT participou das manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

O UGT participou das manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

O UGT participou das manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

O UGT participou das manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

O UGT participou das manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

O UGT participou das manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

O UGT participou das manifestações de apoio ao golpe, em defesa dos direitos dos trabalhadores de Paraguai em seu processo de reestruturação.

Novo ministro anuncia modernização para o Ministério do Trabalho

Em visita à CIGT, ministro Brizola Neto enfatizou a ampliação dos cursos de qualificação profissional como forma de gerar emprego e enfrentar os efeitos da crise internacional

Conforme de dois dias em seu cargo, o ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Brizola Neto, afirmou a importância da visita do Trabalho à CIGT, o primeiro encontro com o presidente Ricardo Páez, presidente da Confederação Brasileira de Indústrias.

No encontro, que ocorreu no dia 29 de junho, o ministro destacou o diálogo social e uma aproximação mais com o comércio exterior no intuito de avançar nas ações que o MTE desenvolverá para fortalecer e melhorar o trabalho e a criação de empregos. “O MTE é um órgão que tem compromisso social com a comunidade e com o processo de desenvolvimento do Brasil. Agora temos que fazer mais esforços para melhorar a qualidade do trabalho”, explicou Brizola.

A visita do ministro teve caráter consultivo, com o objetivo de estabelecer um canal de diálogo permanente com a CIGT, que é uma entidade representativa no país para

empresários dentro do setor do trabalho. “Não devemos ficar esperando os acontecimentos. Está muito próximo de acontecer. Inclusive, estamos pensando em ações e projetos de iniciativa e responsabilidade de caráter preventivo para fortalecer o diálogo e lutar pelo direito do governo”, garantiu o ministro.

Segundo Ricardo Páez, esse encontro foi fundamental para se iniciar o diálogo que o MTE precisa para a construção de ações conjuntas em benefício do trabalho, uma vez que foram estabelecidas várias possibilidades de interação. “O diálogo representa uma direção estratégica de trabalho, uma vez que trata o país que não aceita as soluções que lhe são impostas, mas sim, procura encontrar soluções próprias, como a CIGT no seu âmbito. Com a situação regularizada e com maior apoio da CIGT, Brizola Neto fez um grande trabalho pelo seu ministério”, explicou Páez.

Ele também agradeceu Brizola Neto pela abertura e necessidade de o

ministério trabalhar em diálogo para responder às demandas de melhoria do trabalho, em uma linha o MTE segue “MTE, fortalecendo e inovando”.

OBJETIVO DE BRIZOLA NETO
 O ministro pretende criar um canal de diálogo permanente com o comércio exterior para melhorar a competitividade e dar feedback quanto aos efeitos da crise e a crise trabalhista no comércio internacional, o ministro acrescenta que o país precisa se preparar para o novo cenário do comércio. “Vamos construir uma nova parceria por meio do diálogo, que permita ao comércio exterior e ao país de que o comércio não seja negociado, pois o Brasil precisa de MTE. É um órgão estratégico, que tem a função de desenvolver o Trabalho em diálogo”, afirmou Brizola.

Qualificação profissional
 “Foi muito produtivo, mas foi muito importante para presidente Ricardo Brizola quando ele foi chamado para assumir a presidência da CIGT”, afirmou Brizola.



Ministro do MTE Ricardo Brizola Neto em reunião com o presidente da CIGT



“Foi muito produtivo para o diálogo e a aproximação que o MTE precisa para o comércio exterior”, afirmou Brizola Neto após reunião com o presidente Ricardo Páez.

gestão. “No entanto, sabemos sobre alguns casos que não foram geridos que são quatro casos o MTE, que poderiam ser resolvidos se quanto ao profissional como forma de desenvolvimento”, afirmou Brizola.

Para o ministro, não é um tema fundamental para o Brasil trabalhar nos temas em comércio exterior que a crise internacional pode gerar.

NÃO FORTALECER AS SUAS TRADIÇÕES

Segundo o ministro, também destacou o processo de diálogo para fortalecer a competitividade do país de novo forma ou poder ser apoiado como uma forma de fortalecer a CIGT, que se destaca de classe trabalhadora para poder ser melhor entendido.

Como forma de diálogo consultivo de melhoria de forma também, para que o comércio internacional seja desenvolvido, o ministro destacou a importância do diálogo e do trabalho com o pagamento de alguns encargos, a regulamentação que é o processo regulamentar a legislação que regula o PIS e o Cofins para que as empresas que desenvolvem ações de melhoria do setor possam ser o comércio de alguns. “Não é possível que continue esse processo de negociação de negociação e que empresas se beneficiem com isso, mas não é um momento de diálogo com o trabalho e o trabalho”, afirmou Brizola.

UGT na luta por mais vagas e capacitação às

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Lei de Cotas atingiu sua finalidade, mas é preciso mudar a mentalidade das empresas; a lei não é para apenas ser cumprida, mas para qualificar e reduzir o estigma



Comunicando as empresas da importância da lei

divas. Mas a realidade para pessoas com deficiência da UGT mostra que se não fosse isso não teríamos a mesma de acesso com outras empresas, que não cota de 2% até 5% no Brasil. O mesmo pode ser feito. O objetivo é garantir acesso mais de 500 mil vagas, segundo divulgação do IBGE 2019. De acordo com o Ministério do Trabalho, o que significa ter acesso apenas 2% de vagas.

A realidade da UGT mostra que se não fosse isso não teríamos a mesma de acesso com outras empresas, que não cota de 2% a 5% no Brasil. O mesmo pode ser feito. O objetivo é garantir acesso mais de 500 mil vagas, segundo divulgação do IBGE 2019. De acordo com o Ministério do Trabalho, o que significa ter acesso apenas 2% de vagas.

"Com a lei, podemos garantir que quem tem uma deficiência não tenha acesso a mais vagas e não seja apenas a lei, mas a realidade. É preciso mudar a mentalidade das empresas, a lei não é para apenas ser cumprida, mas para qualificar e reduzir o estigma", afirma a presidente da UGT.

gestão", afirmou Wilson. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Para isso, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

adivida. Segundo Wilson, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

LEI DE COTAS

Com a entrada em vigor da Lei de Cotas, as empresas são obrigadas a contratar pessoas com deficiência. Segundo Wilson, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.



Denise Mendes

Segundo ela, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Segundo ela, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Segundo ela, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Segundo ela, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Segundo ela, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Segundo ela, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.

Segundo ela, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei. Segundo ele, a UGT tem trabalhado para garantir que as empresas cumpram a lei.



POR DEMOCRACIA E SOBERANIA POPULAR

Conting ineficaz ação em defesa dos artigos da Constituição Federal referentes à comunicação nacional que ainda não foram regulamentados no Congresso Nacional



de extrema importância para a comunicação nacional e quanto ao direito de acesso, a produção de conteúdos e de serviços no meio eletrônico, a legislação existente é insuficiente para garantir a comunicação com as pessoas e a circulação de informações, informações artísticas, jornalísticas e outras registradas e não registradas.

O artigo de apoio à prova judicial está em anexo ao relatório, ministro Ruy Finkler.

AÇÃO

O projeto de lei foi enviado pelo ministro Luiz Roberto Guimarães Filho ao Conselho Nacional de Comunicação, Conselho Técnico e de Regulação, para cumprir objetivo fixado e atingir os resultados quanto à regulamentação de regulamentação dos artigos constitucionais referentes à comunicação nacional no País. “A regulamentação de comunicação há que ser aprovada e por conta do reconhecimento de que há necessidade em matéria de regulamentação de meios, meios por meios, não há dúvida, não há dúvida, não há dúvida”, explicou ministro Luiz Roberto Guimarães Filho, presidente do Conselho e vice-presidente nacional do CMC.

“Ademais, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que a ação do Conselho Nacional de Comunicação é uma ação de natureza constitucional e não de natureza administrativa”, explicou ministro Luiz Roberto Guimarães Filho.

COMUNICAÇÃO E SOBERANIA POPULAR
 Quanto à comunicação de informações públicas que tenham em sua natureza a finalidade de informar a população, a legislação existente é insuficiente para garantir a comunicação com as pessoas e a circulação de informações, informações artísticas, jornalísticas e outras registradas e não registradas.

Quando se trata de regulamentação da Constituição Federal de 1988, o artigo 170, inciso I, trata a comunicação nacional de forma a garantir a livre circulação de informações, a produção de conteúdos e de serviços no meio eletrônico, a legislação existente é insuficiente para garantir a comunicação com as pessoas e a circulação de informações, informações artísticas, jornalísticas e outras registradas e não registradas.

O artigo de apoio à prova judicial está em anexo ao relatório, ministro Ruy Finkler.

SINDEEPRES

20 anos em defesa do trabalhador

Ao completar 20 anos, o SINDEEPRES – entidade sindical dos trabalhadores do comércio, do turismo e do setor de serviços – celebra o aniversário de 20 anos da sua criação, em 1992, no âmbito do Conselho Superior de Defesa do Trabalhador, tendo sido reconhecida como entidade representativa de nível nacional.

Comemorando os 20 anos de existência, o SINDEEPRES apresenta um balanço da sua atividade durante este período. Desde a sua criação, o SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.

Para o futuro, o SINDEEPRES tem em vista a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc. O SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.

Assim, o SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.

Além disso, o SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.

Por outro lado, o SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.

O SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.

O SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.

O SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.



António Pereira

diálogo entre empregadores e um propósito”, diz José.

Recentemente, o SINDEEPRES tem vindo a desenvolver uma ampla gama de atividades, incluindo a defesa dos interesses dos trabalhadores em matéria de salários, condições de trabalho, segurança social, formação profissional, etc.



SINDEEPRES Aveiro e SINDEEPRES Faro Sede

UGT e Faecys assinam DOCUMENTO GLOBAL



Reunão para a assinatura do Documento Global

A União Geral de Trabalhadores (UGT) e a Federação Nacional de Sindicatos (Faecys) assinaram, no dia 20 de outubro, em Faro, o Documento Global de Trabalho, um compromisso de cooperação com o Governo da República para a melhoria das condições de trabalho e da segurança social.

O documento assinado por António Pereira, presidente nacional da UGT, e António Luís Cardoso, presidente geral da Faecys, estabelece um compromisso de cooperação com o Governo da República para a melhoria das condições de trabalho e da segurança social. O documento estabelece um compromisso de cooperação com o Governo da República para a melhoria das condições de trabalho e da segurança social.



Assinatura do Documento Global de Trabalho

O documento assinado por António Pereira, presidente nacional da UGT, e António Luís Cardoso, presidente geral da Faecys, estabelece um compromisso de cooperação com o Governo da República para a melhoria das condições de trabalho e da segurança social. O documento estabelece um compromisso de cooperação com o Governo da República para a melhoria das condições de trabalho e da segurança social.

VITÓRIA DOS COMERCÍARIOS

Regulamentação da profissão é aprovada na Câmara dos Deputados



O Projeto de Lei (PDL) de autoria do senador Paulo Paim, que regula a nova profissão de comerciante, foi aprovado pelo Conselho de Constituição e Justiça e a seguir segue para aprovação da Presidência Dilma Rousseff.

A regulamentação da profissão foi aprovada por maioria com o voto do senador Raul Gil. O texto prevê que a nova profissão de comerciante será exercida por trabalhadores em comércio varejista, atacadista e serviços de apoio ao comércio varejista. Com a regulamentação, os trabalhadores da categoria terão salários

para enfrentar situações para conflitos que a área enfrenta, pois que os membros terão direito a longos períodos de trabalho, a alta remuneração, os anos de férias extras, trabalho em domingos e feriados e, entre outros, a perspectiva de conquista de um plano nacional, entre outros.

Atual, no Brasil, os comerciantes representam 11 milhões de trabalhadores e trabalhadores. A falta de regulamentação da profissão impõe barreiras a longos períodos de trabalho. Além disso, os comerciantes são membros da categoria de trabalho em condições precárias, inclusive, em um momento de grande instabilidade política por vários anos.

Um novo momento que o comércio varejista e maior parcela do setor de trabalho em um período de instabilidade política, abrangendo a população de 44 milhões de trabalhadores, em muitos estados, inclusive, em um momento de grande instabilidade política por vários anos.

Agencia con a los seus socios e xornada de 8 horas diarias e 44 horas semanales. Ademais, fixo garantir o xornada de oito horas para os empregados que fagan horas de suplementarias e a xornada de oito horas de funcionamento de horas profundas, preferiblemente en un día por semana.

A esta antiga entidade profesional do País agrego un traballo novo, con a intención de que os empregados sexan recompensados e incentivados, para o traballo diario de un novo función para os seus profesionais.

Unha proposta de convenio a día 30 de Outubro para UGT de Catalunya.

El texto también aboga al empregar a contaduría para actividades académicas, integramente de UGT, con, máis de empregar a contaduría de empresas, alba de faga a maior contribución sindical que los países europeos a 1% de salario.



“En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de España, UGT de España se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de España, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana. Este convenio es un hito importante en la historia de UGT de España, ya que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana. Este convenio es un hito importante en la historia de UGT de España, ya que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”

José Antonio Rodríguez, Director General de UGT de España. “En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de España, UGT de España se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de España, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”



“En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Asturias, UGT de Asturias se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Asturias, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana. Este convenio es un hito importante en la historia de UGT de Asturias, ya que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”

María Jesús Sánchez, Directora General de UGT de Asturias. “En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Asturias, UGT de Asturias se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Asturias, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”



“En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana. Este convenio es un hito importante en la historia de UGT de Aragón, ya que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”

Juan Carlos Rodríguez, Director General de UGT de Aragón. “En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”

Atacando a España de la presencia de UGT en la negociación de la presencia de UGT en la negociación



“En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana. Este convenio es un hito importante en la historia de UGT de Aragón, ya que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”

Juan Carlos Rodríguez, Director General de UGT de Aragón. “En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”



“En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana. Este convenio es un hito importante en la historia de UGT de Aragón, ya que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”

Juan Carlos Rodríguez, Director General de UGT de Aragón. “En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”



“En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana. Este convenio es un hito importante en la historia de UGT de Aragón, ya que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”

Juan Carlos Rodríguez, Director General de UGT de Aragón. “En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”



“En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana. Este convenio es un hito importante en la historia de UGT de Aragón, ya que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”

Juan Carlos Rodríguez, Director General de UGT de Aragón. “En el ámbito de negociación con los empresarios de un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, UGT de Aragón se encuentra en un momento de gran actividad. Hemos conseguido un convenio para el sector de la contaduría técnica de Aragón, que garantiza un salario mínimo de 1.100 euros al mes, un horario de 8 horas diarias y 44 horas semanales, y un día de descanso por semana.”



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Rua Agular de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

www.ugt.org.br

Ricardo Patah, presidente

BRASIL